

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE VALORAÇÕES NA OBRA “A IDEOLOGIA ALEMÃ”

Nadia Ferretti\*  
Marta Regina Cezar-Vaz\*\*

## RESUMO

A problemática da relação socioambiental contemporânea decorre do sistema de produção e consumo vigentes à luz da lógica de mercado. Anteriormente a tal conformação, Marx e Engels (1832) já haviam advertido a respeito das consequências do arranjo recém-citado. Na esteira desse saber, buscamos orientações para as práticas coerentes com a Educação Ambiental a partir das palavras-chave valorativas que emergem do livro *A Ideologia Alemã*. Acreditamos que o referido estudo possa oferecer localizações referenciais para a operacionalização dos trabalhos de Educação Ambiental.

**Palavras-Chave:** Ambiente. Educação. Sociedade.

## ABSTRACT

### **Environmental Education According To Values Found In *The German Ideology***

Issues of contemporary socio-environmental relations derive from the system of production and consumption which follows the market logics. Prior to this conformation, Marx and Engels (1832) had already warned about the consequences of this arrangement. In the light of this knowledge, we aim at finding guidelines for practices which can be consistent with Environmental Education based on the key words that emerge from the book *The German Ideology*. We believe that this study can provide references for the operationalization of work in Environmental Education.

**Keywords:** Environment. Education. Society.

---

\* Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG/RS. E-mail: nadia.ferretti@hotmail.com.

\*\* Pós-Doutora pela London School Hygiene and Tropical Medicine, LSHTM, Inglaterra. Servidor Público da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: cezarvaz@vetorial.net.

## INTRODUÇÃO

A iminência de catástrofes socioambientais apresenta-se como um modo prático-crítico de leitura das relações entre produção e consumo oferecidas pela e reproduzidas na sociedade.

Diante do contexto contemporâneo de constantes inovações tecnológicas e das desfavoráveis condições sociais e ambientais, é fundamental o empreendimento de revisão de alguns fundamentos que intercedem no processo de trabalho, como a educação.

A título de esclarecimento, o termo “socioambiental” foi utilizado por nós no sentido das relações dos homens entre si e deles com a natureza e o de "educação" como sendo todo o processo por meio do qual o indivíduo constrói compreensões contextuais das esferas política, econômica, social e cultural da realidade vivenciada.

A modalidade de educação a que nos referimos tem sua especificidade no palco da Educação Ambiental, para se distanciar das concepções que entusiasmam o comportamento humano de forma a este se ajustar aos padrões vigentes de interação e de organização social homogeneizada (MANNHEIN, 1993).

Da leitura da obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels (2006), emergem apreciações valorativas, identificáveis em palavras reiteradas no texto, que permitem serem pensadas como ensaios para a Educação Ambiental.

A ideia inicial do experimento foi proposta para a disciplina ‘Karl Marx e a natureza I’, do Mestrado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG-RS). Posteriormente, em estudo para a elaboração do projeto de dissertação, foi identificado que, muitas das valorações apreciativas do conteúdo da obra também foram lembradas por Gohn (1997), em relação ao estudo dos movimentos sociais. Assim, nossa intenção para o presente ensaio foi a de objetivar os conhecimentos diretamente extraídos da obra e adicioná-los às complementações de Gohn (1997), com o propósito de construir um possível instrumento para análise da desenvoltura das organizações sociais. Em confiança, informamos que este instrumento está sendo, inclusive, utilizado para a compreensão do nosso objeto de pesquisa de dissertação.

Em tal consideração, a princípio, o presente estudo apresenta as valorações apreciativas anteriormente comentadas para incitar sua utilização em outras pesquisas; em seguida, aborda a ligação relacional

entre a obra *A Ideologia Alemã* e as questões ambientais concernentes à educação através dessas valorações.

As apreciações valorativas fundamentais na compreensão do conteúdo da obra são: Necessidades Básicas, Práxis Significativa e Consciência Crítica, Solidariedade e a Relação individual/coletivo, Representações Sociais, Globalização, Sustentabilidade.

Apesar de a organização do texto estar pautada na divisão em subcapítulos, cada qual abordando uma das palavras anteriores, advertimos que, na obra em estudo, as palavras focadas apresentam-se intrinsecamente interligadas, o que motivou serem aqui apresentadas da mesma forma.

## NECESSIDADES BÁSICAS

No livro *A Ideologia Alemã*, as referências às necessidades humanas aparecem, sobretudo, nas páginas 44, 49, 50, 53, 54, 74, 83, 84, 99.

As “necessidades humanas” figuram na obra no sentido não só da precisão e da satisfação das necessidades fisiológicas, mas também no das necessidades subjetivas do homem. Marx e Engels (2006, p. 53), por seu turno, esclarecem que alguns pressupostos são fundamentais para o interesse da evolução das necessidades humanas. A questão das necessidades básicas pode se manifestar involuntariamente superior a outras vontades:

As frases vazias sobre consciência se encerram, e um saber real passa a ocupar seu lugar. A eliminação dessas dificuldades depende de pressupostos que resultam do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada tempo. O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que todos os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais (...). A primeira questão, portanto, em qualquer concepção histórica, é observar esse fato fundamental em todo seu significado e em toda sua extensão e render-lhe todo o direito.

Os pressupostos referidos na citação indicam que os indivíduos precisam estar em condições de atendimento de algumas das necessidades fundamentais (ou básicas) à existência humana para poder fazer sua história. O “fazer sua história” significa, no contexto analisado, estar disposto ao empenho instigado pelos demais interesses e singularidades de cada indivíduo.

Para os dois autores, somente depois de satisfeitas as necessidades básicas do indivíduo é que novas ‘necessidades’ começam a evoluir no sentido do atendimento de carências não só físicas, mas também subjetivas.

Atualmente, enquanto milhões de indivíduos encontram-se sem condição de serem sujeitos de sua história, outros são postos na engrenagem do sistema de trabalho, cuja caracterização se dá por um processo cada vez mais alargado entre o produtor e o produto do trabalho. A distância está posta pelos instrumentos de trabalho que ora se proliferam no mercado.

Num sistema como o visto, de desarmônicas relações socioambientais, “a natureza se apresenta ao homem como sua fonte de meios de vida e de meios de trabalho”, sendo que “quanto mais o trabalhador se apropria da natureza, mais ela deixa de lhe servir como meio para seu trabalho e meio para si próprio” (MARX e ENGELS, 1981, p. 184).

O que os autores querem dizer é que, com o potencial de desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, a natureza primitiva foi transformada em natureza criada ou nos diversos instrumentos de trabalho. Com a consolidação da natureza criada ao formato de trabalho, que segue a lógica de mercado, pouco o ser humano se relaciona com a natureza primitiva: seja por sua rara conservação, seja por sua transformação, seja por seu trabalho.

Na consideração da inseparável potencialidade humana de transformação da natureza por meio do *trabalho*, o indivíduo transforma o seu corpo orgânico e inorgânico, transformando, por consequência, a socioambiental. Nas palavras de Marx (1981, p. 192), “o homem atua sobre a natureza com o objetivo de se apropriar de suas matérias para a satisfação de suas necessidades orgânicas e, no que ele a transforma, transforma também sua própria natureza”.

No processo em questão, a natureza criada pelo indivíduo está posta como condição da satisfação das necessidades humanas. Sendo que a sua satisfação passa a estar intimamente relacionada ao ‘que e como produzir’. Contudo, o cuidado de controlar a capacidade genérica de transformação do ambiente é perdido na lógica de mercado, conforme esclarecem os autores:

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade

dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção. (MARX e ENGELS, 2006, p. 44-5).

As necessidades passam a evoluir de acordo com a evolução do desenvolvimento propiciado pelo trabalho e mediado pela educação. O que anteriormente não era uma necessidade passa a ser necessário para sobreviver com maior facilidade, seguindo a lógica do mercado posto.

Com a capacidade de trabalho e o potencial de generalidade humano, foi desenvolvida a divisão do trabalho para além do atendimento às necessidades básicas ou de sobrevivência familiar. O trabalho se voltou para atender as invenções reiteradas ideologicamente e dependentes da produção dos excedentes.

O atendimento ao que se entende por ‘necessidades humanas’ não pode ser generalizado ou padronizado. Há questionamentos que precisam ser refletidos para que as necessidades humanas sejam compreendidas a partir das relações práticas locais: por exemplo, indagar o porquê de reproduzir uma sociedade para poucos, que prega a necessidade do supérfluo e a passividade dos excluídos.

A concepção contemporânea das necessidades básicas, proposta pelo mercado, é excludente, tanto no sentido da falta de acesso a elas por parte de muitos cidadãos, quanto do seu excesso de produção e exigência. Se todos tivessem carro, por exemplo, ninguém conseguiria andar, tamanho o congestionamento. De modo semelhante, os excedentes de produção aparecem sob as formas da materialidade dos produtos ofertados ao mercado e da condição humana. Resultam na alta prevalência de desempregados, de mendigos, no aumento do assistencialismo, nas queimas e desperdício de alimentos, na perda de valores humanísticos e éticos, na geração de violência etc.

O trabalho precisa, nesse sentido, ser desenvolvido em harmonia com os recursos ambientais e com os relacionamentos sociais. A Educação Ambiental pode intermediar esse processo porque ela caracteriza-se como “um meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória” (LOUREIRO, 2004, p. 71).

Pela Lei 9.795, de 1999, a EA aparece em tal contexto, na tentativa de motivar os homens a desvelar a realidade, de construir relações de solidariedade com seus próximos e de retomar a questão do necessário e da equidade.

## **PRÁXIS SIGNIFICATIVA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA**

O entendimento da *práxis* e da *consciência crítica* pela obra em estudo foi mais expressivo a partir das abordagens das seguintes páginas da obra de Marx, em análise: 43, 59, 65, 70, 89, 52, 56, 58, 65, 70, 71, 75, 105, 129. Para os autores, a ausência da relação entre teoria e prática ou entre ideia e empírico prejudica a elaboração da consciência crítica; assim como a consciência das ideias tem sua formação a partir da reflexão e do experimento da práxis:

Não se trata, como na concepção idealista da história, de buscar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer sempre no solo real da história; não de explicar a práxis a partir da ideia, mas de explicar as formações ideológicas a partir da práxis material (MARX e ENGELS, 2006, p. 65).

A práxis, segundo a elaboração de Marx e Engels, caracteriza-se pelas distintas relações teórico-práticas das atividades humanas. Em contribuição, Gohn (1997) compilou as interpretações dessas extensivas práxis conforme o grau de relação entre as atividades teórico-práticas ou prático-críticas, agenciando os seguintes significados:

*A práxis significativa* refere-se à práxis transformadora do social, que se realiza em conexão com a atividade teórica, por meio da atividade produtiva e/ou da atividade política. No campo da produção teórica, o conceito de práxis é fundamental no marxismo, como articulador da teoria à prática. *A práxis teórica* é aquela que possibilita a crítica, a interpretação e a elaboração de projetos de transformação significativos. *A práxis como fruto da atividade produtiva* é a mais importante no mundo social. Ela tem como base fundamental o mundo do trabalho. *A práxis política* surge como articulação entre a práxis teórica e a práxis produtiva propriamente dita, mediada pelas condições estruturais de desenvolvimento do processo social (GOHN, 1997, p.176). [Itálico nosso]

A práxis significativa não reconhece a consciência como unidade em si, no sentido da reflexão autônoma por meio de qualquer forma de abstração. Ela é premissa e produto da consideração de que “os homens desenvolvem a consciência no interior do processo histórico concreto”. Por isso, apenas quando surge uma divisão entre o trabalho material (concreto) e o espiritual (teórico) poder-se-ia aceitar a formação da consciência abstrata que, efetivamente, é algo distinto da consciência da práxis existente (MARX; ENGELS, 2006, p. 57).

A práxis, ao passo que é um elemento fundamental de transformação da sociedade e da natureza por meio da atividade humana, também contribui na elaboração da consciência humana. A experiência da atividade humana, que se relaciona com as condições de vida, é um elemento produtor da consciência humana, conforme esclarece a citação:

os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a consciência. (...) parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos (MARX e ENGELS, 2006, p. 51).

A precaução dos autores é com a expressão da consciência pela linguagem. Nesse sentido, embora não tenham sido designados propriamente como estudiosos das questões psicológicas, já identificavam que nem toda fala condiz à expressão fidedigna da consciência.

O conteúdo da consciência não é um elemento em todo e puramente identificável porque a linguagem é um mediador entre o indivíduo e o mundo (externo) e, como mediadora, a linguagem não é pura. Por suas palavras,

Podemos verificar que o homem também tem consciência. Mas, assim mesmo, não significa consciência “pura”. Desde o começo pesa sobre “o espírito” a maldição de estar “contaminado” (...) de linguagem. A linguagem é a consciência real, prática (...) surge como a consciência da incompletude, da necessidade dos intercâmbios com os outros homens (...). A consciência, conseqüentemente, desde o início é um produto social (...), mera consciência do mundo sensível mais próximo (...); ao mesmo tempo é a consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como uma força completamente estranha, onipotente, inexpurgável (MARX e ENGELS, 2006, p. 56).

Conforme a consciência crítica conceituada na obra, as pessoas teriam condições de avaliar e de desprender-se das amarras das ideologias, chegando a relações solidárias. Isso porque perceberiam que é “onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo do desenvolvimento prático dos homens” (MARX e ENGELS, 2006, p.52).

Em analogia ao fato de a prática induzir à teoria, relacionamos o processo de institucionalização da Educação Ambiental pela Lei 9.795. Antes da formulação da Lei, as questões já vinham sendo debatidas pela necessidade social. Dito de outra forma, significa que a institucionalização é herdeira das manifestações anteriores a ela.

Já os projetos e trabalhos que não partem da consideração da ciência real, empírica, considerando a organização do trabalho e do mercado para seu posicionamento, apresentam-se descontextualizados e desconexos em relação às situações locais.

Como exemplo, os autores comparam a relação entre o homem e a natureza no contexto do mercado, para advertir que as ações e planejamentos não podem ser alheios ou ingênuos a essa ordem:

Tomemos como exemplo a importante relação entre o homem e a natureza (...), a “consciência de si”, desaparece por si mesma diante da compreensão do fato de que a tão famosa “unidade do homem com a natureza” sempre existiu na indústria e se apresentou de modo diferente, em cada época, conforme o desenvolvimento maior ou menor da indústria (...) A indústria e o comércio, a produção e o intercâmbio do que é necessário à vida condicionam a distribuição, a estrutura das diversas classes sociais, para serem, por seu turno, condicionadas por estas em uma forma de funcionamento (MARX e ENGELS, 2006, p.75).

O que dificulta a formação da consciência crítica são as impregnações de valores que desejam competir para a sobrevivência. Tais valores são elaborados por ideologias (representações estáticas, estruturais) e impregnam-se nas pessoas, por meio da mídia, das leis, das religiões, em algumas modalidades da educação. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para a homogeneização do conhecimento:

O progresso consistia em *subordinar* também à esfera das representações religiosas ou teológicas as representações metafísicas, políticas, jurídicas, morais e outras, consideradas predominantes (MARX e ENGELS, *ibidem*, p. 56).



As ideologias estáticas, ao atingirem as relações do ato concreto do trabalho e das interações humanas dos cidadãos, comumente são reproduzidas e reforçadas. Raramente são estranhadas, re-elaboradas ou repelidas, tamanho o lineamento disposto.

A EA também opera como ideologia, mas uma ideologia que se contrapõe ao mercado. Caracteriza-se por ser uma ideologia não homogeneizada e condicionante porque estimula as iniciativas alternativas à lógica de mercado e desenvolvidas segundo a diversidade dos vários ambientes geográficos.

O sentido da ideologia proposta pelo Tratado da EA é o de um conjunto articulado de ideias e valores, os quais expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social. Segundo a abordagem dos ‘Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global’, a EA “não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social”.

A formação dessa consciência ideológica estimula uma racionalidade ambiental não condizente com o interesse do sistema econômico vigente. Mas, ao contrário, uma racionalidade capaz de atitudes, valores e ética ambiental que caracterizem a construção de relações socioambientais alternativas (LEFF, 2001).

## **SOLIDARIEDADE E A RELAÇÃO INDIVIDUAL/COLETIVO**

A solidariedade, para Marx, tem o sentido do apoio que vincula os indivíduos entre si aos interesses e às responsabilidades de um grupo social e é coerente com o entendimento de empatia social.

Gohn (1997) aclara a concepção de solidariedade na já referida obra *A Ideologia Alemã*, advertindo que a *solidariedade* não aparece como um dom natural ou imanente à natureza humana, mas é produzida no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas:

A solidariedade citada por Marx refere-se a uma relação social, com os mesmos interesses, e deveria estar voltada para um dado objetivo: a emancipação dos trabalhadores. Ao destacar a ausência daquela relação, como fator impeditivo da realização daquele objetivo, Marx demarca a solidariedade como uma relação social a ser construída, no caso, no interior das unidades produtivas, a partir das experiências comuns compartilhadas. Não se trata de um dom natural, imanente à natureza humana. (GOHN, 1997, p. 178).

Complementa a autora, sustentando que Marx indicava a falta de solidariedade entre os indivíduos como um dos fatores impeditivos da promoção das forças coersitivas-sociais dos trabalhadores. Para ele, no manifesto inaugural e nos estatutos provisórios da Internacional dos Trabalhadores (1864), todas as tentativas de emancipação econômica das classes trabalhadoras fracassaram, embora com a totalidade dos movimentos tendo a mesma finalidade, “por falta de solidariedade entre os múltiplos setores do trabalho em cada país e pela ausência de um vínculo fraternal entre as classes trabalhadoras dos diferentes países” (GOHN, 1997, p. 178).

Na obra em questão, os autores relacionam as dificuldades de desenvolver a solidariedade ao fato de os interesses *individuais/familiares* serem divergentes dos interesses da *sociedade/coletivo*. Eles deixam subtendido, assim, que nesse dado sistema, seria uma ilusão acreditar na empatia e na solidariedade coletiva e espontânea para além dos interesses individuais/*familiares*, pois a produção dos sujeitos para a sobrevivência do mercado encontra suporte justamente na competição.

Contudo, mesmo com os períodos de individualismo, competição e hostilidade que permeiam as relações sociais entre grupos, tais sentimentos desaparecem temporariamente por si mesmos “logo que surge algum conflito prático capaz de pôr em risco a própria classe (...)” (MARX; ENGELS, 2006, p.79).

Com a perda da hostilidade, há também a perda da possibilidade de conflitos. Explicam os autores que, se por um lado “a consciência da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos que o cercam é o início, para o homem, da tomada de consciência de que se vive em sociedade” (2006, p.57), por outro, a aparente coesão de grupo (coletivo) é que abranda a possibilidade de conflitos por interesses capazes de principiar uma consciência coletiva real.

Mas as relações entre os interesses individuais e coletivos dos grupos ou organizações sociais não influenciam apenas o seu movimento interno. As relações, tanto internas quanto externas, de distintas coletividades, influenciam-se mutuamente. Partindo de tal afirmação, é possível estabelecer uma analogia com o que Marx e Engels compreendem por relacionamento entre nações:

As relações entre as nações estão condicionadas pelo estado de desenvolvimento de cada uma delas no que diz respeito às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Esse princípio é universalmente reconhecido. Todavia, não simplesmente a relação de uma

nação com outras, mas também toda a estrutura interna de cada nação, depende do grau de desenvolvimento de sua produção e de sua reciprocidade prestuária interna e externa (MARX e ENGELS, 2006, p. 45).

Também aqui, a Educação Ambiental, segundo a Lei 9.795, de 1999, encontra-se em harmonia com o entendimento dos autores, atentando para que não haja a separação entre os interesses individuais e os coletivos, na tomada de decisões coletivas por representantes da sociedade. Anterior ao planejamento de atos políticos para a transformação social e a quem dos interesses do sistema de produção e consumo vigente, é necessário que se trabalhe a solidariedade, a interação entre as culturas e a transparência das ideias.

## **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Na obra *A Ideologia Alemã*, ‘a concepção de representação’ aparece nas dimensões locais e estruturais, nas relações entre grupos, classes e a sociedade. Em especial, as páginas do livro que nos permitiram tal entendimento foram as seguintes: 35, 48, 50, 51, 52, 57, 58, 62, 65, 67, 69, 80, 81, 88, 102, 128 e 129.

Nas condições da época, as representações estruturais aparecem não condizentes com as dinâmicas locais, ou propriamente como ideologias produzidas pelos diversos mecanismos de reiterações.

Essas ideologias, por sua vez, são materializadas e reproduzidas nas atividades e interações humanas. Portanto, representações funcionais e estruturais fazem-se ambas presentes no ser humano. Interpretações que se estendem aos dias atuais.

Assim, as representações dos indivíduos tramitam entre funções e estruturas, e seus discursos expressam a sociedade inteira, ao passo que, por isso, os homens não têm o conhecimento real de si mesmos (MARX e ENGELS, 1932). Ou seja, o ser humano não é livre como a priori se considera, pois é a partir do outro e do meio que se constitui.

Representações dinâmicas locais são apresentadas como passíveis de re-elaborações pela mediação dos significados em nível de consciência, produzidos a partir da interação ou práxis humana. Por isso, ou autores reforçam que, para desprender-se das ideologias, “no alvorecer da história todas as invenções precisam ser refeitas todos os dias e em cada região, de modo independente” (MARX e ENGELS, 2006, p.88).

Os cidadãos convivem regidos por grandes e diversas orientações, cuja pretensão é a ordem social. Referimo-nos às “orientações” dadas por leis que regem a sociedade e que, assim como a mídia, são exemplos de produção e reprodução de ideologias, sejam de caráter prático e/ou não. Entendemos que as referidas orientações, para terem legitimidade, deveriam estar abertas à participação popular.

Essa ordem social pode ser diagnosticada nas políticas, nas leis, na educação, nas intervenções não civis, nas religiões, etc. Tais orientações precisam ser tencionadas quando não abrigarem a participação popular, a qual oferece a devida validade democrática ao processo e seus resultados.

A cultura é um conteúdo compactado, resultante tanto da soma das representações mercantis quanto das produções locais. Mas, atualmente, com a facilidade da comunicação global, as culturas estão perdendo suas especificidades e caminhando em um processo de homogeneização cultural. É comum o incentivo à padronização de estilos musicais, da moda, de expressões populares, de linguagens, entre outros.

É preciso reconhecer a existência das concomitantes instâncias de atuação, sejam representações locais ou ideologias, para entender que temos a opção de crítica consciente. Na simples absorção das ideologias e sua reprodução, “os indivíduos produzem-se uns aos outros, tanto física como espiritualmente, mas não se produzem a si mesmos” (MARX e ENGELS, 2006, p.65).

Essa crítica, em virtude de estar imersa em representações ideológicas, só é possível pela consequência da interação social local, ou seja, na influência do outro sobre o sujeito. Isso nos permite um desprendimento, um desvelamento da realidade.

Por isso, os conflitos que podem gerar tanto a solidariedade quanto o constrangimento são necessários à resignificação do ser humano e tornam as representações menos estáticas, mas antes interativas e fundamentadas em leituras situacionais ou contextuais.

Logo, pela interação dos sujeitos, há desprendimentos das representações estáticas (ideologias). Ou seja, por suas motivações locais ou funcionais, pode ser entrevisto o que não for condizente entre as dimensões.

De acordo com a referida consideração, quanto mais nos expusermos a ambientes e a relações saudáveis, melhores serão as construções positivas de nossos significados e representações sociais,

pela capacidade de desprendimento das coerções através da influência da materialidade das ações e interações sociais locais.

A consciência crítica é capaz de protestar, por exemplo, contra a história contada sob o enfoque de seus representantes e heróis, sem considerar as condições de seus povos como situações reais das nações, conforme esclarecem os autores:

Até agora toda a concepção histórica tem omitido completamente a base real da história, pois a tem considerado como algo secundário, sem qualquer vinculação com o curso da história. Resultam daí noções de que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério localizado fora dela. A produção real da vida aparece como se estivesse separada da vida comum, como alguma coisa extra e supraterrâneo. Por isso, as relações dos homens e natureza são exclusivas da história. Desse modo, tal concepção vê na história apenas as ações políticas dos príncipes e do Estado (MARX e ENGELS, 2006, p. 67).

Construir uma educação capaz de codificar os possíveis instrumentos de leitura social em processos democráticos, coletivos e organizados de intervenção civil, em que a solidariedade e os conflitos aparecem como elemento-chave da interação social, significa promover a própria consciência crítica pelo desprendimento do indivíduo.

A EA propõe o diálogo transparente entre os indivíduos e as instituições, com a finalidade de encontrar alternativas para se produzir atitudes de vida e experiências educativas de um ambiente sustentável.

A EA questiona as grandes orientações que regem a sociedade e desconsideram ou homogeneizam produção real e local da vida. Desse modo, também poderia ser evitado o risco de propor conceitos pré-concebidos, que não se aplicam a situações concretas das condições de vida de cada cultura ou comunidade.

## **GLOBALIZAÇÃO**

O sentido do termo em questão aparece principalmente nas páginas 45, 63, 64, 69, 88, 91, 92, 94, 95, embora o prefácio do livro já antecipe o entendimento do termo pelos autores.

A globalização, ora dita um fenômeno recente, já havia sido caracterizada historicamente por Marx e Engels. Ela aparece contextualizada na crítica ao intercâmbio universal, por meio de uma

economia sistemática global, e acordada com as necessidades humanas para evitar maior estranhamento nos cidadãos comuns, conforme trataremos a seguir.

Há quase dois séculos, os autores já advertiram que os mercados internos engrenariam em uma lógica mundial de produção que, por vezes, repercutiria no menosprezo das singularidades das nações e de seus habitantes em prol da relação mercantil:

Pela concorrência universal, obrigou cada indivíduo ao mais intenso uso de suas energias. (...) formou a história mundial, na medida em que tomou cada nação civilizada e cada indivíduo membro dela dependentes do mundo todo para a satisfação de suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivo e natural das diferentes nações (...) e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias (MARX e ENGELS, 2006, p. 95).

Com a globalização, as interações entre as nações estão consolidadas nas inter-relações entre interesses de representantes. Nesse contexto, os cidadãos comuns, com seus interesses e objetivos, estão afastados de tal intercâmbio e suas interações com o outro também estão estranhadas à intromissão da competição de mercado.

Os cidadãos pouco se satisfazem com suas produções, já que a totalidade do trabalho e sua finalidade muitas vezes se perdem da vista do trabalhador local, já que há cada vez mais uma maior mediação pelos instrumentos de trabalho, os quais separam o homem do contato direto com a natureza.

Ao mesmo tempo e para tornar mais grave a condição de insatisfação humana e produção espiritual pela realização do trabalho, as necessidades passam a ser comerciais e a visar à satisfação do mercado globalizado. Desse modo, há uma possível descaracterização entre a produção local e a sua condição socioambiental.

A EA não formal, ao contrário da onda da globalização, prevê um trabalho com as singularidades locais. Ela recomenda o conhecimento do perfil ambiental sob uma abordagem ecológica humana da comunidade ou instituição com as quais estarão sendo planejados e executados seus projetos, para apreender as carências e os aspectos peculiares do território, como as lideranças, as influências, as hierarquias etc (DIAS, 2004).

Contudo, se faz necessário desenvolver a autoconfiança das

populações para edificarem novos modos de produção e estilos de vida nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, para a gestão participativa de recursos (LEFF, 2005).

## **SUSTENTABILIDADE**

O sentido valorativo de sustentabilidade encontra-se presente principalmente nas seguintes páginas: 66, 77, 91, 94, 96 e 109.

Para Marx e Engels (2006), a sustentabilidade precisa ser abordada na revisão da encruzilhada entre o passado e o presente da história. A história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção transmitidas pelas gerações antecedentes.

Os autores trazem a valoração contextual, segundo a qual o presente é parte das gerações passadas, que também se mostraram presentes para outras gerações. Assim, na leitura da realidade vivenciada nas interações humanas, a materialidade do presente é produto da funcionalidade do passado, quando a população não recria ou re-elabora seus atos. Nesse sentido, a “diferença entre o indivíduo como pessoa e o indivíduo naquilo que ele tem de acidental não é uma diferença conceitual, mas sim um fato histórico” (MARX e ENGELS, 2006, p.108).

O condicionamento ao passado e seu formato não se restringe aos cidadãos comuns. Mesmo alguns gestores com concepções e experiências diferentes de trabalho estão sujeitos a essa harmonização, ao interagirem com a gestão consolidada. Pelas palavras originais, “a tomada de poder está, ademais, condicionada pelo objeto do qual se apropria” (MARX e ENGELS, 2006, p.111).

Pela leitura do livro, só se consegue a materialidade das ideias na práxis das relações que considera a influência ativa da história anterior, seja para revê-la, seja para transformá-la ou ainda para modificá-la. O desejo de garantir a história de sustentabilidade às gerações futuras, através das invenções repentinas, são meras especulações representacionais e a absorção das condições passadas sem modificá-las pode convir como condicionamento histórico. O futuro de uma nação está posto pelas condições de vida da população que a habita e não pela versão histórica (MARX e ENGELS, 2006).

Pensando a problemática das relações socioambientais atuais, que

guardam semelhanças com as visualizadas em décadas passadas, e considerando também o contexto da globalização, que coloca as nações em rotas de operacionalização de mercado, é justo que os cidadãos comuns concebam a responsabilidade pelas catástrofes socioambientais e suas reparações como algo diretamente proporcional ao poder de gestão das nações para, então, exigir a transformação das práticas de mercado.

Assim, a Educação Ambiental trabalha para além do direito que é individual; pensa na responsabilidade que os grupos têm pela sustentabilidade ambiental na mesma proporção que têm o acesso à informação, ao conhecimento e à gestão.

A EA valoriza a participação social nas tomadas de decisões e estimula os educadores ambientais a irem ao encontro das comunidades, uma vez que a racionalidade ambiental só se constrói na des-construção da racionalidade ora dominante em todas as ordens da vida social, de forma a possibilitar estratégias de desenvolvimento com bases na equidade humana e na sustentabilidade do ambiente natural e social (LEFF, 2000).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que as palavras-chave que têm expressão valorativa na obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, tais como Necessidades Básicas, Práxis Significativa, Consciência Crítica, Solidariedade, Relação Individual/Coletivo, Representações Sociais, Globalização e Sustentabilidade apresentam-se como ferramentas interpretativas aos processos que envolvem as questões da produção e consumo pautadas na educação socioambiental.

A legislação da Educação Ambiental mostrou-se complacente com as orientações contrárias à lógica do processo de trabalho referido na obra e como uma corrente minoritária frente à organização política e estrutural do mercado.

A EA ressalta o comprometimento de contextualizar a experiência concreta do indivíduo em relação ao sistema de produção e consumo, a fim de propor uma racionalidade que perceba incoerências entre as necessidades e as atitudes veiculadas pelo sistema e postas como sendo de interesse coletivo e as que são mediadas pelas distintas culturas e ambientes locais.



Carecemos repensar as atrações mercantis conformadas pelo arranjo do trabalho por meio das propostas transformadoras e alternativas da Educação Ambiental.

Nisso, há a difícil e honrosa tentativa de resgatar o individual nas relações interativas locais, em respeito aos princípios da gestão participativa para o manejo de seus recursos, de onde as comunidades derivam suas formas culturais de bem-estar e a satisfação de suas necessidades (LEFF, 2005, p. 94-95).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília, DF, 1999.

GOHN, M. da G. Os Fundamentos dos Clássicos: Marx e os Movimentos Sociais. In: GOHN, M da G (org). **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** Edições Loyola. Brasil: São Paulo, 1997. p. 176-188.

LEFF, E. **Saber Ambiental** - sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 3. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOUREIRO, Carlos F. B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental.** São Paulo, SP: Cortez, 2004.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, SP: Ed. Martins Claret, 2006.

MANNHEIM, K. Mannheim, K. **Ideologia e Utopia.** Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1993.

